

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	6
--------------------------------	---

DMPL - 19/02/2009 à 31/12/2009	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Relatório da Administração	9
----------------------------	---

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	73
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	75
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	76
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	22.357.800.000
Preferenciais	0
Total	22.357.800.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.642.200.000
Preferenciais	0
Total	1.642.200.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	808.010	713.947
1.01	Ativo Circulante	88.273	21.609
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	75.125	9.359
1.01.03	Contas a Receber	11.385	8.160
1.01.03.01	Clientes	11.385	8.160
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.162	3.348
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	601	742
1.01.08.03	Outros	601	742
1.02	Ativo Não Circulante	719.737	692.338
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.251	1.470
1.02.01.06	Tributos Diferidos	2.251	1.470
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.251	1.470
1.02.03	Imobilizado	1.641	1.178
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.641	1.178
1.02.04	Intangível	715.845	689.690
1.02.04.01	Intangíveis	715.845	689.690
1.02.04.01.02	Direito de Outorga da Concessão	532.050	538.991
1.02.04.01.03	Direito de Exploração da Infraestrutura	183.200	150.471
1.02.04.01.04	Direito de Uso de Software	595	228

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	808.010	713.947
2.01	Passivo Circulante	548.792	451.718
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.125	877
2.01.01.01	Obrigações Sociais	391	636
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.734	241
2.01.02	Fornecedores	9.922	8.487
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.922	8.487
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.118	2.930
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.241	1.700
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.241	1.700
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	877	1.230
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	449.472	191.331
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	449.472	191.331
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	449.472	191.331
2.01.05	Outras Obrigações	411	238.593
2.01.05.02	Outros	411	238.593
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	391	238.176
2.01.05.02.05	Outros Passivos	20	417
2.01.06	Provisões	84.744	9.500
2.01.06.02	Outras Provisões	84.744	9.500
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	84.744	9.500
2.02	Passivo Não Circulante	40.609	80.962
2.02.02	Outras Obrigações	34.084	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	34.057	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	34.057	0
2.02.02.02	Outros	27	0
2.02.02.02.03	Outros Passivos	27	0
2.02.04	Provisões	6.525	80.962
2.02.04.02	Outras Provisões	6.525	80.962
2.02.04.02.04	Provisões para Demandas Judiciais	42	0
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	3.769	80.003
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	2.714	959
2.03	Patrimônio Líquido	218.609	181.267
2.03.01	Capital Social Realizado	223.578	185.178
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4.969	-3.911

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 19/02/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	172.412	84.576
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-93.572	-76.818
3.03	Resultado Bruto	78.840	7.758
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.537	-5.483
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.412	-5.274
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	10	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.135	-209
3.04.05.01	Honorários da Administração	-1.135	-209
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	63.303	2.275
3.06	Resultado Financeiro	-64.770	-7.656
3.06.01	Receitas Financeiras	419	144
3.06.02	Despesas Financeiras	-65.189	-7.800
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.467	-5.381
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	409	1.470
3.08.01	Corrente	-372	0
3.08.02	Diferido	781	1.470
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.058	-3.911
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.058	-3.911
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,04960	-0,42860

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 19/02/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	60.978	568
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	69.852	6.957
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-1.058	-3.911
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-781	-1.470
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	9.813	4.253
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias - Obrigações Poder Concedente	17.471	3.468
6.01.01.05	Juros e Variações Monetários - Empréstimos e Financiamentos	41.453	3.038
6.01.01.06	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	1.157	0
6.01.01.07	Provisão para demandas judiciais	42	0
6.01.01.08	Provisão para manutenção em rodovias	1.755	1.579
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.874	-6.389
6.01.02.01	Contas a Receber	-3.225	-8.160
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	2.186	-3.348
6.01.02.03	Outros Ativos	141	-742
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	1.435	1.269
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	23	368
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	-812	2.930
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	1.248	877
6.01.02.08	Provisão para Investimento em Rodovias	-9.500	0
6.01.02.09	Outros Passivos	-370	417
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-24.979	-67.260
6.02.01	Investimentos no ativo imobilizado	-779	-1.255
6.02.02	Investimentos no ativo intangível	-24.200	-66.005
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	29.767	76.051
6.03.01	Captção de Empréstimos e Financiamentos	609.375	191.271
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-404.139	-6.075
6.03.03	Captção de Mútuos com Partes Relacionadas	32.900	0
6.03.04	Pagamento de Credor pela Concessão - Ônus Fixo	-246.769	-294.323
6.03.05	Integralização de Capital Social	38.400	185.178
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	65.766	9.359
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.359	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	75.125	9.359

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	185.178	0	0	-3.911	0	181.267
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	185.178	0	0	-3.911	0	181.267
5.04	Transações de Capital com os Sócios	38.400	0	0	0	0	38.400
5.04.01	Aumentos de Capital	38.400	0	0	0	0	38.400
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.058	0	-1.058
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.058	0	-1.058
5.05.02.06	Prejuizos Acumulados	0	0	0	-1.058	0	-1.058
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	-4.969	0	218.609

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 19/02/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.04	Transações de Capital com os Sócios	185.178	0	0	0	0	185.178
5.04.01	Aumentos de Capital	185.178	0	0	0	0	185.178
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.911	0	-3.911
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.911	0	-3.911
5.05.02.06	Prejuízos Acumulados	0	0	0	-3.911	0	-3.911
5.07	Saldos Finais	185.178	0	0	-3.911	0	181.267

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 19/02/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	185.118	86.977
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	147.120	31.704
7.01.02	Outras Receitas	37.998	55.273
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	37.478	55.259
7.01.02.02	Receitas Acessórias	520	14
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-102.185	-76.276
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-60.278	-20.065
7.02.04	Outros	-41.907	-56.211
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-37.478	-55.259
7.02.04.02	Custo de Concessão - Ônus Variável	-4.429	-952
7.03	Valor Adicionado Bruto	82.933	10.701
7.04	Retenções	-9.813	-4.253
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.813	-4.253
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	73.120	6.448
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	419	144
7.06.02	Receitas Financeiras	419	144
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	73.539	6.592
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	73.539	6.592
7.08.01	Pessoal	14.933	4.685
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.156	4.253
7.08.01.02	Benefícios	3.777	432
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16.929	2.686
7.08.02.01	Federais	11.499	1.443
7.08.02.03	Municipais	5.430	1.243
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	42.735	3.132
7.08.03.01	Juros	42.610	3.038
7.08.03.02	Aluguéis	125	94
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.058	-3.911
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.058	-3.911



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Rua Rafael de Campos, 615
Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
Tel: (55) 15 3285-4100

Concessionária Rodovias do Tietê – 2010

As informações não financeiras incluídas no Relatório da Administração, assim como os percentuais derivados, não foram revisados pelos nossos auditores independentes.

A administração da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. doravante denominada “Concessionária”, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Especiais, referentes ao período encerrado em 31 de Dezembro de 2010, acompanhado do relatório dos auditores independentes.

Mensagem da Administração

Em abril de 2009, a Concessionária Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 1,3Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e a construção dos Contornos de Piracicaba e Maristela que contribuirão com o desenvolvimento econômico da região e proporcionarão mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Rua Rafael de Campos, 615
Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
Tel: (55) 15 3285-4100

Desempenho Econômico Financeiro

Receitas

A Concessionária obteve, em 2010, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 147.120mil (R\$ 31.704 em 2009). No mesmo período, arrecadou R\$ 520 mil (R\$ 14mil em 2009) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISS (5%), PIS (0,65%) e COFINS (3%) totalizando R\$ 12.706mil em 2010 e R\$ 2.401 em 2009.

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, em 2010, R\$ 37.478 mil de receita de construção contra R\$ 55.259mil em 2009 com contrapartida nos custos de construção, com margem igual a zero.

De acordo com o CPC30 – Receitas, o reconhecimento da receita dos serviços prestados deve ser feito pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Concessionária utilizou, para esse fim, margem zero nas receitas oriundas e nos custos incorridos relativos à construção da infraestrutura concedida.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem os dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, gastos com pessoal e o custo referente à outorga variável de 3% sobre a arrecadação de pedágio e receitas acessórias.

Os custos de construção da infraestrutura referem-se à provisão dos custos com conservação especial projetado para 2009 e 2010, a valor presente, conforme plano de investimento firmado com a ARTESP na assinatura do contrato de concessão, além da amortização do intangível.



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
 Rua Rafael de Campos, 615
 Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
 Tel: (55) 15 3285-4100

Segue abaixo breve resumo das receitas e das despesas operacionais

Em R\$ Mil	2010	2009
Receita Bruta	185.118	86.977
Receitas de Pedágio	147.120	31.704
Receita de Construção	37.478	55.259
Outras Receitas	520	14
(-) Deduções de Receita	(12.706)	(2.401)
Receita Líquida	172.412	84.576
(-) Custos e Despesas Operacionais	(71.631)	(27.042)
(-) Custos de Construção	(37.478)	(55.259)
EBITDA	63.303	2.275
Margem EBTIDA	36,72%	2,69%

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido em Dezembro de 2010, presente nas Demonstrações Financeiras, refere-se às receitas financeiras, oriundas de aplicações de baixo risco (Certificado de Depósito Bancário – CDB), deduzidas das despesas financeiras, compostas pelos juros e comissões sobre o empréstimo ponte quitado em dezembro e sobre as notas promissórias emitidas no mesmo mês, além dos encargos financeiros pela aquisição da concessão.

Empréstimos e Financiamentos

Em abril de 2009 foram contratadas Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) no valor de R\$ 357.000 mil, para permitir à Companhia efetuar os pagamentos do ônus fixo da concessão devidos à ARTESP pela outorga da concessão, podendo, adicionalmente, terem sido destinados à realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. O vencimento original desses contratos era em 08 de outubro de 2010, o qual foi prorrogado para dezembro de



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Rua Rafael de Campos, 615
Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
Tel: (55) 15 3285-4100

2010, e eram remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidos de 5,5% ao ano.

Essas Cédulas de Crédito Bancário foram liquidadas em dezembro de 2010, quando foram emitidas notas promissórias, com vencimento para 21 de junho de 2011, remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidos de 3,7% ao ano. Esses títulos de dívida estão garantidos por aval dos acionistas e fiança bancária. Os recursos foram destinados para liquidação das Cédulas de Créditos Bancários e financiamento dos investimentos em obras previstas no Contrato de Concessão.

Investimentos e Ativo Intangível

Os investimentos realizados nos dois primeiros anos de Concessão representaram R\$ 66.400 mil e foram destinados para a conservação e manutenção das rodovias, compra de equipamentos, construção de instalações e implantação de elementos de segurança e de sinalização.

Após a adoção do ICPC 01, todo investimento em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a ampliação ou manutenção da infraestrutura concedida, passou a ser classificado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal, sobre a vida útil dos bens, é reconhecido no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado pela curva anual de demanda de tráfego nos trinta anos de Concessão.

Gestão de Pessoas

O capital humano é o principal ativo de uma companhia e, sob esta ótica, a Rodovias do Tietê preocupa-se constantemente com a valorização e desenvolvimento de todo o seu time de mais de 300 funcionários.



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Rua Rafael de Campos, 615
Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
Tel: (55) 15 3285-4100

Com base nessa filosofia de atuação, a área de recursos humanos está estruturada para realizar a gestão de pessoas no que tange a política de remuneração e benefícios, avaliação de desempenho, processos de admissão e demissão e treinamentos.

Esses dois primeiros anos de operação foram fundamentais para a construção de uma equipe competente e comprometida com os objetivos traçados, permitindo à Concessionária atender e superar as necessidades dos usuários e da sociedade.

Para isso foram definidas as necessidades e a aplicação de treinamentos específicos, tanto para as equipes operacionais quanto administrativas. Definiu-se, também a metodologia de avaliação e remuneração por desempenho.

Responsabilidade Social

Uma das diretrizes que norteia nosso trabalho é o comprometimento com a sociedade. Por isso, a Rodovias do Tietê, em parceria com órgãos públicos, realizou, durante 2010, inúmeros projetos e campanhas socioambientais visando contribuir com o desenvolvimento econômico e social da região.

As principais campanhas foram:

- Café na Passarela;
- Álcool e direção, não!
- Pelo uso do cinto de segurança, inclusive no banco de trás!;
- Semana Nacional do Trânsito – um momento para se pensar o futuro



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Rua Rafael de Campos, 615
Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
Tel: (55) 15 3285-4100

Responsabilidade Ambiental

Além de se preocupar com a segurança e infraestrutura de quem viaja pelo seu trecho, a Concessionária Rodovias do Tietê também está atenta ao meio ambiente. A empresa elabora e implanta, periodicamente, planos de gestão ambiental para obras ao longo do sistema concessionado, incluindo o acompanhamento ambiental por profissionais especializados.

As árvores e vegetação nativas eventualmente suprimidas para realização das obras são compensadas pelo plantio de novas unidades em quantidade e locais aprovados pelos órgãos ambientais.

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, informamos que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não contratou, junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa.

Considerações Finais

As demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A, apresentadas neste relatório, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas.

Conselho de Administração
Alexandre Tujisoki
José Renato Ricciardi
Julio Moreira
Rafael Negrão Rossi
Sergio Santillan
Tiago Caseiro

Diretoria Executiva
Sebastião Ricardo C. Martins
Paulo Jorge C. Fernandes

Notas Explicativas**Índice****Dados da Empresa**

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	6
--------------------------------	---

DMPL - 19/02/2009 à 31/12/2009	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Relatório da Administração	9
----------------------------	---

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	54
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	56
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	57
--	----

Notas Explicativas

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	22.357.800.000
Preferenciais	0
Total	22.357.800.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.642.200.000
Preferenciais	0
Total	1.642.200.000

Notas Explicativas**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	808.010	713.947
1.01	Ativo Circulante	88.273	21.609
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	75.125	9.359
1.01.03	Contas a Receber	11.385	8.160
1.01.03.01	Clientes	11.385	8.160
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.162	3.348
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	601	742
1.01.08.03	Outros	601	742
1.02	Ativo Não Circulante	719.737	692.338
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.251	1.470
1.02.01.06	Tributos Diferidos	2.251	1.470
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.251	1.470
1.02.03	Imobilizado	1.641	1.178
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.641	1.178
1.02.04	Intangível	715.845	689.690
1.02.04.01	Intangíveis	715.845	689.690
1.02.04.01.02	Direito de Outorga da Concessão	532.050	538.991
1.02.04.01.03	Direito de Exploração da Infraestrutura	183.200	150.471
1.02.04.01.04	Direito de Uso de Software	595	228

Notas Explicativas**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	808.010	713.947
2.01	Passivo Circulante	548.792	451.718
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.125	877
2.01.01.01	Obrigações Sociais	391	636
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.734	241
2.01.02	Fornecedores	9.922	8.487
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.922	8.487
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.118	2.930
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.241	1.700
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.241	1.700
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	877	1.230
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	449.472	191.331
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	449.472	191.331
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	449.472	191.331
2.01.05	Outras Obrigações	411	238.593
2.01.05.02	Outros	411	238.593
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	391	238.176
2.01.05.02.05	Outros Passivos	20	417
2.01.06	Provisões	84.744	9.500
2.01.06.02	Outras Provisões	84.744	9.500
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	84.744	9.500
2.02	Passivo Não Circulante	40.609	80.962
2.02.02	Outras Obrigações	34.084	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	34.057	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	34.057	0
2.02.02.02	Outros	27	0
2.02.02.02.03	Outros Passivos	27	0
2.02.04	Provisões	6.525	80.962
2.02.04.02	Outras Provisões	6.525	80.962
2.02.04.02.04	Provisões para Demandas Judiciais	42	0
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	3.769	80.003
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	2.714	959
2.03	Patrimônio Líquido	218.609	181.267
2.03.01	Capital Social Realizado	223.578	185.178
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4.969	-3.911

Notas Explicativas**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 19/02/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	172.412	84.576
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-93.572	-76.818
3.03	Resultado Bruto	78.840	7.758
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.537	-5.483
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.412	-5.274
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	10	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.135	-209
3.04.05.01	Honorários da Administração	-1.135	-209
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	63.303	2.275
3.06	Resultado Financeiro	-64.770	-7.656
3.06.01	Receitas Financeiras	419	144
3.06.02	Despesas Financeiras	-65.189	-7.800
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.467	-5.381
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	409	1.470
3.08.01	Corrente	-372	0
3.08.02	Diferido	781	1.470
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.058	-3.911
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.058	-3.911
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,04960	-0,42860

Notas Explicativas**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 19/02/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	60.978	568
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	69.852	6.957
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-1.058	-3.911
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-781	-1.470
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	9.813	4.253
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias - Obrigações Poder Concedente	17.471	3.468
6.01.01.05	Juros e Variações Monetários - Empréstimos e Financiamentos	41.453	3.038
6.01.01.06	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	1.157	0
6.01.01.07	Provisão para demandas judiciais	42	0
6.01.01.08	Provisão para manutenção em rodovias	1.755	1.579
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.874	-6.389
6.01.02.01	Contas a Receber	-3.225	-8.160
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	2.186	-3.348
6.01.02.03	Outros Ativos	141	-742
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	1.435	1.269
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	23	368
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	-812	2.930
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	1.248	877
6.01.02.08	Provisão para Investimento em Rodovias	-9.500	0
6.01.02.09	Outros Passivos	-370	417
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-24.979	-67.260
6.02.01	Investimentos no ativo imobilizado	-779	-1.255
6.02.02	Investimentos no ativo intangível	-24.200	-66.005
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	29.767	76.051
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	609.375	191.271
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-404.139	-6.075
6.03.03	Captação de Mútuos com Partes Relacionadas	32.900	0
6.03.04	Pagamento de Credor pela Concessão - Ônus Fixo	-246.769	-294.323
6.03.05	Integralização de Capital Social	38.400	185.178
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	65.766	9.359
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.359	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	75.125	9.359

Notas Explicativas

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2010 - Concessionária Rodovias do Tiete SA

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados
5.01	Saldos Iniciais	185.178	0	0	
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	185.178	0	0	
5.04	Transações de Capital com os Sócios	38.400	0	0	
5.04.01	Aumentos de Capital	38.400	0	0	
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	
5.05.02.06	Prejuízos Acumulados	0	0	0	
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	

Notas Explicativas

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 19/02/2009 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados
5.04	Transações de Capital com os Sócios	185.178	0	0	
5.04.01	Aumentos de Capital	185.178	0	0	
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	
5.05.02.06	Prejuízos Acumulados	0	0	0	
5.07	Saldos Finais	185.178	0	0	

7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-37.478	-55.259
7.02.04.02	Custo de Concessão - Ônus Variável	-4.429	-952
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2010 - CONCESSIONARIA RODOVIAS DO TIETE SA			
7.03	Valor Adicionado Bruto	82.933	10.701
7.04	Retenções	-9.813	-4.253
Notas Explicativas			
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.813	-4.253
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	73.120	6.448
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	419	144
7.06.02	Receitas Financeiras	419	144
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	73.539	6.592
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	73.539	6.592
7.08.01	Pessoal	14.933	4.685
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.156	4.253
7.08.01.02	Benefícios	3.777	432
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16.929	2.686
7.08.02.01	Federais	11.499	1.443
7.08.02.03	Municipais	5.430	1.243
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	42.735	3.132
7.08.03.01	Juros	42.610	3.038
7.08.03.02	Aluguéis	125	94
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.058	-3.911
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.058	-3.911

A administração da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. doravante denominada “Concessionária”, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Especiais, referentes ao período encerrado em 31 de Dezembro de 2010, acompanhado do relatório dos auditores independentes.

Mensagem da Administração

Em abril de 2009, a Concessionária Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 1,3Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e a construção dos Contornos de Piracicaba e Maristela que contribuirão com o desenvolvimento econômico da região e proporcionarão mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Rua Rafael de Campos, 615
Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
Tel: (55) 15 3285-4100

Desempenho Econômico Financeiro

Receitas

A Concessionária obteve, em 2010, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 147.120mil (R\$ 31.704 em 2009). No mesmo período, arrecadou R\$ 520 mil (R\$ 14mil em 2009) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISS (5%), PIS (0,65%) e COFINS (3%) totalizando R\$ 12.706mil em 2010 e R\$ 2.401 em 2009.

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, em 2010, R\$ 37.478 mil de receita de construção contra R\$ 55.259mil em 2009 com contrapartida nos custos de construção, com margem igual a zero.

De acordo com o CPC30 – Receitas, o reconhecimento da receita dos serviços prestados deve ser feito pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Concessionária utilizou, para esse fim, margem zero nas receitas oriundas e nos custos incorridos relativos à construção da infraestrutura concedida.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem os dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, gastos com pessoal e o custo referente à outorga variável de 3% sobre a arrecadação de pedágio e receitas acessórias.

Os custos de construção da infraestrutura referem-se à provisão dos custos com conservação especial projetado para 2009 e 2010, a valor presente, conforme plano de investimento firmado com a ARTESP na assinatura do contrato de concessão, além da amortização do intangível.



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
 Rua Rafael de Campos, 615
 Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
 Tel: (55) 15 3285-4100

Segue abaixo breve resumo das receitas e das despesas operacionais

Em R\$ Mil	2010	2009
Receita Bruta	185.118	86.977
Receitas de Pedágio	147.120	31.704
Receita de Construção	37.478	55.259
Outras Receitas	520	14
(-) Deduções de Receita	(12.706)	(2.401)
Receita Líquida	172.412	84.576
(-) Custos e Despesas Operacionais	(71.631)	(27.042)
(-) Custos de Construção	(37.478)	(55.259)
EBITDA	63.303	2.275
Margem EBTIDA	36,72%	2,69%

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido em Dezembro de 2010, presente nas Demonstrações Financeiras, refere-se às receitas financeiras, oriundas de aplicações de baixo risco (Certificado de Depósito Bancário – CDB), deduzidas das despesas financeiras, compostas pelos juros e comissões sobre o empréstimo ponte quitado em dezembro e sobre as notas promissórias emitidas no mesmo mês, além dos encargos financeiros pela aquisição da concessão.

Empréstimos e Financiamentos

Em abril de 2009 foram contratadas Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) no valor de R\$ 357.000 mil, para permitir à Companhia efetuar os pagamentos do ônus fixo da concessão devidos à ARTESP pela outorga da concessão, podendo, adicionalmente, terem sido destinados à realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. O vencimento original desses contratos era em 08 de outubro de 2010, o qual foi prorrogado para dezembro de



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Rua Rafael de Campos, 615
Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
Tel: (55) 15 3285-4100

2010, e eram remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidos de 5,5% ao ano.

Essas Cédulas de Crédito Bancário foram liquidadas em dezembro de 2010, quando foram emitidas notas promissórias, com vencimento para 21 de junho de 2011, remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidos de 3,7% ao ano. Esses títulos de dívida estão garantidos por aval dos acionistas e fiança bancária. Os recursos foram destinados para liquidação das Cédulas de Créditos Bancários e financiamento dos investimentos em obras previstas no Contrato de Concessão.

Investimentos e Ativo Intangível

Os investimentos realizados nos dois primeiros anos de Concessão representaram R\$ 66.400 mil e foram destinados para a conservação e manutenção das rodovias, compra de equipamentos, construção de instalações e implantação de elementos de segurança e de sinalização.

Após a adoção do ICPC 01, todo investimento em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a ampliação ou manutenção da infraestrutura concedida, passou a ser classificado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal, sobre a vida útil dos bens, é reconhecido no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado pela curva anual de demanda de tráfego nos trinta anos de Concessão.

Gestão de Pessoas

O capital humano é o principal ativo de uma companhia e, sob esta ótica, a Rodovias do Tietê preocupa-se constantemente com a valorização e desenvolvimento de todo o seu time de mais de 300 funcionários.



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Rua Rafael de Campos, 615
Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
Tel: (55) 15 3285-4100

Com base nessa filosofia de atuação, a área de recursos humanos está estruturada para realizar a gestão de pessoas no que tange a política de remuneração e benefícios, avaliação de desempenho, processos de admissão e demissão e treinamentos.

Esses dois primeiros anos de operação foram fundamentais para a construção de uma equipe competente e comprometida com os objetivos traçados, permitindo à Concessionária atender e superar as necessidades dos usuários e da sociedade.

Para isso foram definidas as necessidades e a aplicação de treinamentos específicos, tanto para as equipes operacionais quanto administrativas. Definiu-se, também a metodologia de avaliação e remuneração por desempenho.

Responsabilidade Social

Uma das diretrizes que norteia nosso trabalho é o comprometimento com a sociedade. Por isso, a Rodovias do Tietê, em parceria com órgãos públicos, realizou, durante 2010, inúmeros projetos e campanhas socioambientais visando contribuir com o desenvolvimento econômico e social da região.

As principais campanhas foram:

- Café na Passarela;
- Álcool e direção, não!
- Pelo uso do cinto de segurança, inclusive no banco de trás!;
- Semana Nacional do Trânsito – um momento para se pensar o futuro



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
 Rua Rafael de Campos, 615
 Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
 Tel: (55) 15 3285-4100

Responsabilidade Ambiental

Além de se preocupar com a segurança e infraestrutura de quem viaja pelo seu trecho, a Concessionária Rodovias do Tietê também está atenta ao meio ambiente. A empresa elabora e implanta, periodicamente, planos de gestão ambiental para obras ao longo do sistema concessionado, incluindo o acompanhamento ambiental por profissionais especializados.

As árvores e vegetação nativas eventualmente suprimidas para realização das obras são compensadas pelo plantio de novas unidades em quantidade e locais aprovados pelos órgãos ambientais.

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, informamos que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não contratou, junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa.

Considerações Finais

As demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A, apresentadas neste relatório, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas.

Conselho de Administração

Alexandre Tujisoki
 José Renato Ricciardi
 Julio Moreira
 Rafael Negrão Rossi
 Sergio Santillan
 Tiago Caseiro

Diretoria Executiva

Sebastião Ricardo C. Martins
 Paulo Jorge C. Fernandes

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT” ou “Companhia”), com sede na Rua Rafael de Campos, 615, centro, cidade de Tietê, Estado de São Paulo, foi constituída em 19 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”).

A Companhia tem como objetivo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação e exploração, mediante concessão onerosa, do Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, sob a forma determinada no Edital de Concorrência Pública Internacional nº. 005/2008, definido por Corredor Marechal Rondon Leste incluído na 2ª Etapa da 2ª Fase do Programa de Concessões de Rodoviárias do Estado de São Paulo, cujo leilão foi promovido pela ARTESP em 29 de outubro de 2008. O corredor é constituído por trecho da Rodovia SP-300 e acessos, totalizando 417 km. O prazo da concessão é de 30 anos, contados da data da transferência de controle.

O Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo foi instituído em março de 1998, em decorrência do Programa Estadual de Desestatização instituído pela Lei Estadual nº. 9.361, de 1996. O regime escolhido foi o de concessão por prazo certo, durante o qual as concessionárias se responsabilizam, por sua conta e risco, pela totalidade dos investimentos e recursos necessários ao cumprimento dos contratos, remunerados pela cobrança de pedágios e por outras receitas acessórias, a exemplo da exploração de publicidade.

O ônus fixo, estabelecido no Contrato de Concessão Rodoviária, para pagamento à ARTESP, foi de R\$517 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPC-A, pagos 20% à vista e o restante em 18 parcelas mensais e consecutivas (de maio de 2009 a outubro de 2010). A Companhia reconheceu o direito de uso e exploração, registrados no ativo intangível, como “direito da outorga de concessão”, tendo como contrapartida o passivo na rubrica “credor pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nº 8 e nº 10, respectivamente. Adicionalmente, a Companhia possui a obrigação de pagamento mensal do ônus variável, correspondente a 3% da receita bruta de arrecadação de pedágio. Os recursos necessários para pagamento do direito de outorga da concessão foram obtidos por meio de financiamentos bancários.

O Corredor Marechal Rondon Leste tem como eixo principal a rodovia SP-300, que é uma importante rodovia radial de atendimento da região oeste do Estado de São Paulo. A rodovia SP-300 tem diretriz noroeste, passando pelas regiões de Botucatu, Bauru e Araçatuba. Com a construção da Rodovia Castelo Branco (SP-280), em 1969, essa rodovia perdeu parte da sua importância, adquirindo o papel de principal via radial de sua região. A rodovia se inicia no km 62 da via Anhanguera, no município de Jundiaí, e segue na direção noroeste por cerca de 600 km até a divisa do Estado de São Paulo com o Estado do Mato Grosso do Sul, atravessando dezenas de cidades, dentre as quais Itu, Porto Feliz, Tietê, Laranjal Paulista, Botucatu, São Manuel, Lençóis Paulista, Agudos, Bauru, Pirajuí, Cafelândia, Lins, Promissão, Penápolis, Araçatuba, Guararapes, Valparaíso, Mirandópolis e Andradina.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional--Continuação

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Pavimentos (recuperações): plano de restauração do pavimento existente, compreendendo toda malha rodoviária sob responsabilidade da Companhia, abrangendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300, SP-308 e contornos, além dos respectivos acessos, totalizando cerca de 345 km de rodovias e contornos e 62 km de acessos;
- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-113, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidade da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Na data de assinatura do contrato, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia era de R\$793 milhões (R\$1.383 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle, melhorando as condições de tráfego e oferecendo maior conforto e segurança aos usuários. A arrecadação do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, incidente sobre as tarifas de pedágio, também favorecerá o desenvolvimento de programas sociais pelo poder público e investimentos no setor de transporte, como a recuperação e manutenção de estradas municipais.

Os valores dos investimentos poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

No dia 17 de novembro de 2009 à zero hora, a Companhia iniciou a cobrança das tarifas nas 9 praças de pedágio de sua responsabilidade, com base na autorização da ARTESP, como publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de novembro de 2009. Anteriormente a essa data, a Companhia possuía uma praça de pedágio ativa, cuja cobrança ocorria em apenas um sentido da via. Essa praça foi recebida do Governo do Estado no ato da assinatura do Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional--Continuação

A Companhia atendeu as regras estabelecidas no Contrato de Concessão, iniciando a arrecadação após a entrega do programa inicial de construção das praças de pedágio e das rodovias. No entanto, no dia seguinte ao início da cobrança das tarifas dos pedágios, 18 de novembro de 2009, a Companhia foi surpreendida por uma liminar para suspensão da cobrança das tarifas, originada de uma ação civil pública movida pelo promotor de justiça da Comarca de Conchas, Estado de São Paulo. Essa liminar suspendeu a cobrança entre os dias 18 e 24 de novembro para a praça de pedágio situada no município de Conchas e entre os dias 20 e 24 de novembro para as demais praças. Essa liminar foi cassada e a administração irá pleitear o reequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão junto ao Poder Concedente pelos dias que não houve a cobrança de pedágio.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Situação Financeira

Tal como esperado nas projeções financeiras do modelo de negócio para os primeiros anos de atividade, a Companhia tem incorrido em prejuízos operacionais, tendo apurado prejuízo líquido de R\$1.058 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e, naquela data, apresentou um excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante de R\$460.519. Nessa data, o endividamento da Companhia estava composto por notas promissórias com vencimento para 21 de junho de 2011, no montante de R\$449.472 (vide nota explicativa nº 9), remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidas de 3,7% ao ano. Em 20 de junho de 2011, as notas promissórias foram quitadas e novas notas no montante de R\$484.200 foram emitidas com vencimento para 17 de dezembro de 2011.

A Companhia pretende captar recursos no valor principal total de até R\$ 350.000, através da emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, além de, aproximadamente, R\$ 355.000 a serem disponibilizados através de um financiamento a ser concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, na modalidade de operação mista, que compartilhará das mesmas garantias, a serem constituídas no âmbito da emissão de debêntures. Esses recursos serão utilizados para a liquidação das notas promissórias e para a realização dos investimentos necessários ao atendimento das obrigações (Capex) decorrentes da Concessão.

A obtenção desses recursos financeiros propiciará à Companhia mudar o perfil da dívida, eliminando os compromissos de curto prazo e reduzindo as despesas financeiras, em função dos encargos financeiros menores que deverão incidir sobre o principal dessas operações.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional--Continuação

Situação Financeira--Continuação

A Companhia pretende arquivar pedido de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários, de forma a possibilitar a emissão de debêntures públicas. A emissão das debêntures públicas depende da aprovação da ARTESP, do registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários e de negociações com bancos comerciais e o BNDES que estavam em andamento em 29 de agosto de 2011.

Os acionistas e certas partes intervenientes garantidoras comprometem-se, em um acordo de suporte financeiro celebrado entre as partes, durante o período entre a assinatura do acordo e a integral liquidação das notas promissórias, entre outros compromissos, a efetuar todos os aportes de recursos na Companhia e/ou reforço de garantias, solicitados pela administração da Companhia, no limite das respectivas participações acionárias na Companhia, para assegurar:

- (i) a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 75/25 (70/30 em 31 de dezembro de 2010);
- (ii) o resgate antecipado das notas promissórias que não forem objeto de liquidação com os recursos obtidos com os financiamentos de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e mediante a emissão de debêntures pela Companhia;
- (iii) que seja suprida toda e qualquer insuficiência de recursos que se façam necessários para suportar os investimentos e ou para regular a operação do Projeto, sendo que tais recursos poderão ser aportados sob a forma de mútuo e/ou empréstimo subordinado, em termos e condições de subordinação satisfatórios aos titulares das Notas Promissórias; e,
- (iv) o pagamento das notas promissórias por ocasião de seu vencimento, antecipado ou não, incluindo principal, juros e demais encargos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, as demonstrações financeiras estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*“International Financial Reporting Standards – IFRS”*) emitidas pelo *“International Accounting Standards Board – IASB”*.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de abril de 2011.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

2.1) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços prestados.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.1) Apuração do resultado--Continuação

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria determinado no contrato de concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e reversão de ajustes a valor presente.

2.2) Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.2) Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro ou prejuízo contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes juros, correção monetária e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo reconhecidos na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não possuía ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

b) Empréstimos e recebíveis--Continuação

A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis referem-se à caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos abaixo:

- Caixa e equivalentes de caixa - compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos, e possuem vencimentos inferiores a 30 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- Contas a receber - referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Quando julgado necessário pela administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização.

c) Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não possuía investimentos mantidos até o vencimento.

d) Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (i) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis ou (iii) investimentos mantidos até o vencimento. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos expirarem; e
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repassê”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os ativos financeiros, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. No caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores e prestadores de serviços, empréstimos e financiamentos, credor pela concessão e mútuos a pagar a partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Incluem os instrumentos financeiros derivativos. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não possuía passivos financeiros classificados como mantidos para negociação.

b) Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos líquidos dos custos de transação incorridos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, todos os instrumentos financeiros passivos da Companhia estão classificados nessa categoria.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa nº 19.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.4) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2009 e 2010, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para investimentos em rodovias: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível;
- Provisão para manutenção em rodovias: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré-estabelecidos de utilização; e,
- Credor da Concessão: decorrente das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga.

As mensurações dos respectivos valores presentes foram calculadas com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, à taxa de desconto de 5,5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração está baseada na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros, na data da assinatura do Contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente estão demonstrados abaixo:

	2010	2009
Passivo circulante		
Credor para concessão (parcelas fixas) a valor nominal	-	243.723
Credor para concessão (parcelas fixas) a valor presente	-	237.808
Ajuste a valor presente	-	5.915
Passivo não circulante		
Provisão para investimentos em rodovias a valor nominal	91.510	96.305
Provisão para investimentos em rodovia a valor presente	88.513	89.503
Ajuste a valor presente	2.997	6.802
Provisão para manutenção a valor nominal	4.270	1.578
Provisão para manutenção a valor presente	2.714	959
Ajuste a valor presente	1.556	619

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.5) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 7, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

2.6) Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Companhia recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros no ativo.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

2.7) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda, se houver. Por se tratar de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente antes dos impostos, pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo, para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.7) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis--Continuação

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) estimado calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não foram apuradas perdas a serem contabilizadas.

2.8) Custos de empréstimos e financiamentos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, quando aplicável.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos que financiarão um ativo qualificável são deduzidos dos encargos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros encargos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

2.9) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.9) Provisões--Continuação

Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.10) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.11) Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de divulgação. A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.12) Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por Lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.13) Demonstrações dos valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

2.14) Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada por não haver valores a serem apresentados sobre esse conceito diferentes do resultado do exercício. Dessa forma, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

2.15) Pronunciamentos ainda não vigentes com potencial impacto nas demonstrações financeiras da Companhia

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010. A administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

- **IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada)** - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.15) Pronunciamentos ainda não vigentes com potencial impacto nas demonstrações financeiras da Companhia--Continuação

- **IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração** - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto significativo em suas demonstrações financeiras.
- **IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo** - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- **IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital** - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações financeiras.
- **Melhorias para IFRS** – O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:
 - IFRS 3 – Combinação de negócios.
 - IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros.
 - IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras.

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.15) Pronunciamentos ainda não vigentes com potencial impacto nas demonstrações financeiras da Companhia--Continuação

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

2.16) Demonstrações financeiras especiais para serem utilizadas em processo de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações financeiras especiais contêm modificações em suas notas explicativas, em relação às notas explicativas das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, aprovadas em reunião do Conselho Fiscal realizada em 25 de abril de 2011. Essas demonstrações financeiras foram preparadas para serem utilizadas em processo de registro de companhia aberta para efeito de emissão de debêntures, apresentando apenas alguns aperfeiçoamentos de notas explicativas em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1, no que diz respeito à Situação Financeira, que foi complementada incluindo informações relevantes para a melhor compreensão dos planos da administração com relação à obtenção de recursos de longo prazo e suporte dos acionistas. Os critérios de Gestão do Capital Social foram incluídos na nota explicativa nº 19.d. Aperfeiçoamentos menos relevantes foram feitos em outras notas explicativas.

Além desses aperfeiçoamentos nas notas explicativas, nas demonstrações financeiras especiais, os impostos diferidos ativos, no valor de R\$6.872, foram demonstrados pelo seu valor líquido dos impostos diferidos passivos, no montante de R\$4.621. Essa reclassificação foi considerada pela administração como irrelevante em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 tomadas em conjunto.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisão para demandas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, conforme determinado pela ICPC 01, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - são estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado nas notas explicativas nº 8 e 12.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Determinação das receitas de construção

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, nesses casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do balanço, em contrapartida à despesa do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Disponibilidades	3.958	9.349
Aplicações financeiras	71.167	10
	<u>75.125</u>	<u>9.359</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

5. Contas a receber

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Pedágio eletrônico a receber	9.716	7.630
Cartões de pedágio a receber	769	169
Valores em trânsito	900	361
	<u>11.385</u>	<u>8.160</u>

A administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2010 e 2009. Os valores a receber vencem em até 45 dias e não há créditos em atraso.

Notas Explicativas

6. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	321	397
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	14	-
Provisão para participação nos lucros	293	-
Provisão para perdas sobre outros créditos	81	-
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (ii):		
Provisão para manutenção de rodovias	922	326
Provisão para investimentos em rodovias	30.094	30.431
Diferenças sobre imobilizado e intangível, líquida	(26.864)	(30.093)
Reversão do ajuste a valor presente de credor pela concessão (i)	2.011	-
Amortização – curva de tráfego (iii)	-	409
	<u>6.872</u>	<u>1.470</u>
Passivo:		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (ii):		
Amortização – curva de tráfego (iii)	(4.621)	-
	<u>(4.621)</u>	<u>-</u>
Líquido	<u>2.251</u>	<u>1.470</u>

- (i) Refere-se ao efeito tributário sobre a reversão, em 2010, do ajuste a valor presente, registrado em 2009, na rubrica Credor por concessão (vide nota explicativa nº 10). Em 2009, a Companhia não optou pelo RTT – Regime Tributário de Transição, dessa forma, a reversão do ajuste a valor presente registrado em 2009 foi considerada indedutível na apuração do imposto de renda e contribuição social de 2010.
- (ii) Refere-se ao efeito tributário sobre as diferenças temporárias apuradas em decorrência dos ajustes trazidos pela adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (iii) Refere-se aos tributos diferidos sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Amparada no parágrafo único do artigo 2º da Instrução CVM nº 371, a Companhia contabilizou os créditos tributários sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base em estudo técnico que evidencia a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos tributários em prazo inferior a 10 anos. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período findo em 31 de dezembro de 2010. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes às previsões.

Notas Explicativas

6. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 19 de fevereiro de 2009 (data de constituição)	-	-	-
Tributos diferidos ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social apurado no exercício	397	-	397
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:			
Provisão para manutenção de rodovias	326	-	326
Provisão para investimentos em rodovias			
Reconhecimento inicial	37.077	-	37.077
Atualização monetária	1.048	-	1.048
Reversão do ajuste a valor presente	870	-	870
Pagamento da provisão pela realização de obras	(8.564)	-	(8.564)
Diferença sobre imobilizado e intangível, líquida	(30.093)	-	(30.093)
Amortização – curva de tráfego	409	-	409
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.470	-	1.470
Efeito tributário sobre compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no exercício	(76)	-	(76)
Diferenças temporárias:			
Provisão para demandas judiciais	14	-	14
Provisão para participação nos lucros	293	-	293
Provisão para perdas sobre outros créditos	81	-	81
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:			
Provisão para manutenção de rodovias	596	-	596
Provisão para investimentos em rodovias			
Atualização monetária	1.599	-	1.599
Reversão do ajuste a valor presente	1.293	-	1.293
Pagamento da provisão pela realização de obras	(3.229)	-	(3.229)
Reversão do ajuste a valor presente de credor pela concessão	2.011	-	2.011
Diferença sobre imobilizado e intangível, líquida	3.229	-	3.229
Amortização – curva de tráfego	(409)	(4.621)	(5.030)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>6.872</u>	<u>(4.621)</u>	<u>2.251</u>

c) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	2010	2009
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.467)	(5.381)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	499	1.830
Diferenças permanentes	(90)	(360)
	<u>409</u>	<u>1.470</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:		
Corrente	(372)	-
Diferido	781	1.470
	<u>409</u>	<u>1.470</u>

Notas Explicativas

7. Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	2010			2009
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Equipamentos da administração	10	2.034	(393)	1.641	1.178
		2.034	(393)	1.641	1.178

b) Movimentação

	Adições em 2009	Saldo em 31/12/2009	Adições em 2010	Saldo em 31/12/2010
Custo				
Equipamentos da administração	1.255	1.255	779	2.034
Total do custo	1.255	1.255	779	2.034
Depreciação	(77)	(77)	(316)	(393)
Líquido	1.178	1.178	463	1.641

A Companhia revisou, em 1º de janeiro de 2010, a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme ICPC 10, e não identificou necessidade de alteração na vida útil-econômica anteriormente considerada.

8. Intangível

a) Composição

		2010			2009
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(10.194)	532.050	538.991
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(ii)	106.046	(1.995)	104.051	105.488
Serviços de construção	(iii)	72.872	(1.155)	71.717	37.454
Outros	(iv)	7.574	(142)	7.432	7.529
Direito de uso de software		703	(108)	595	228
		729.439	(13.594)	715.845	689.690

- (i) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente e acrescido da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. Substancialmente as praças de pedágio entraram em operação em novembro de 2009.
- (ii) Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente com o objetivo de atender um nível específico de operacionalidade, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. A Companhia reconheceu esse ativo intangível, na data de adoção da ICPC 01 (IFRIC 12), em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 12.b).

Notas Explicativas

8. Intangível--Continuação

a) Composição--Continuação

- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir à medida que os serviços de construção são prestados.
- (iv) Refere-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. A Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio, em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 12.b).

b) Movimentação

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010			
	Saldo inicial	Adições	Amortização	Saldo final
Direito de outorga da concessão	538.991	-	(6.941)	532.050
Direito de exploração da infraestrutura				
Gastos iniciais da concessão	105.488	-	(1.437)	104.051
Serviços de construção	37.454	35.192	(929)	71.717
Outros	7.529	-	(97)	7.432
Direito de uso de software	228	460	(93)	595
	689.690	35.652	(9.497)	715.845

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2009			
	Constituição da Companhia	Adições	Amortização	Saldo final
Direito de outorga da concessão	542.244	-	(3.253)	538.991
Direito de exploração da infraestrutura				
Gastos iniciais da concessão	106.125	-	(637)	105.488
Serviços de construção	-	37.680	(226)	37.454
Outros	7.574	-	(45)	7.529
Direito de uso de software	243	-	(15)	228
	656.186	37.680	(4.176)	689.690

A amortização dos ativos intangíveis é calculada de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão.

c) Custo de financiamentos capitalizados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia capitalizou custos de financiamentos diretamente relacionados com a construção das obras em infraestrutura no montante de R\$11.452 (R\$16.548 em 2009).

Notas Explicativas

9. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Modalidade	2010	2009
Banco do Brasil S.A.	Cédulas de Crédito Bancário	-	95.771
Banco do Brasil S.A.	Nota promissória	129.744	-
BES Investimento do Brasil S.A.	Cédulas de Crédito Bancário	-	95.560
BES Investimento do Brasil S.A.	Nota promissória	129.758	-
Banco ABC Brasil S.A.	Nota promissória	59.873	-
HSBC Bank Brasil S.A.	Nota promissória	90.182	-
Banco Caixa Geral S.A.	Nota promissória	39.915	-
		449.472	191.331

As Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) foram contratadas para permitir à Companhia efetuar os pagamentos do ônus fixo da concessão devidos a ARTESP pela outorga da concessão, podendo, adicionalmente, terem sido destinados a realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. O vencimento original desses contratos era em 08 de outubro de 2010, o qual foi prorrogado para dezembro de 2010, e eram remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 5,5% ao ano.

Em garantia destes contratos, foram alienadas fiduciariamente todas as ações da Companhia em poder dos acionistas e o produto resultante do recebimento das quantias decorrentes dos direitos creditórios da concessão a serem depositados em contas bancárias de acordo com o contrato de financiamento e, ainda, fiança bancária.

A Companhia assumiu entre outros, os seguintes compromissos de caráter econômico e financeiro constantes nos contratos de financiamentos (“covenants”):

- Não sofrer qualquer alteração societária, e/ou reorganização societária que resultem em liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou alienação; sendo aplicável aos acionistas e intervenientes anuentes;
- Não distribuir dividendos e juros sobre capital próprio em valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado;
- Contratar apólices de seguros na forma estabelecida no edital, inclusive, sem limitação, para cobertura contra riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil;
- Manter relação de dívida sobre capital social em 57/43 ou 1,32;
- Não constituir penhor ou gravame sobre os direitos creditórios;
- Não ceder, nem vincular, em favor de outro credor, salvo autorização prévia e expressa, as receitas originárias da atividade operacional;
- Não constituir garantias de qualquer espécie;
- Não conceder preferência a outros créditos, realizar amortizações de ações, emitir debêntures e partes beneficiárias;

Notas Explicativas

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- Não contrair quaisquer dívidas em valores acumulados superiores a R\$3.000;
- Não conceder empréstimos a partes relacionadas (contratos de mútuo);
- Manter a normalidade e regularidade nas relações com o Poder Concedente no tocante às obrigações previstas no Contrato de Concessão e realizar os investimentos de acordo com as obrigações assumidas previstos no edital;
- Apresentar todos eventuais aditivos ao Contrato de Concessão; e
- Cumprir com todas as leis, regulamentos e licenças socioambientais do País aplicáveis a Concessão.

As Cédulas de Crédito Bancário foram liquidadas em dezembro de 2010. Durante o prazo de vigência dos contratos, a Companhia encontrou-se adimplente com as condições contratuais pactuadas.

Em 21 de dezembro de 2010, a Companhia emitiu 135 notas promissórias, com vencimento para 21 de junho de 2011, remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 3,7% ao ano. Esses títulos de dívida estão garantidos por avais de acionistas e de certas partes intervenientes garantidoras, além de: (a) Alienação Fiduciária da totalidade das Ações da Emissora exceção feita àquelas detidas por membros da diretoria e ou Conselho de Administração; (b) Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Concessão e de Direitos de Crédito; e, (c) Contrato de Suporte de Acionistas, que requer a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 75/25 (70/30 em 31 de dezembro de 2010).

Os recursos foram destinados para liquidação das Cédulas de Créditos Bancários e financiamento dos investimentos em obras previstos no Contrato de Concessão.

10. Credor pela concessão

Corresponde às obrigações decorrentes da outorga de concessão pela ARTESP, como segue:

		<u>2010</u>	<u>2009</u>
Ônus da concessão – parcelas fixas	(i)	-	243.723
Ajuste a valor presente	(i)	-	(5.915)
		-	237.808
Ônus da concessão – variável	(ii)	<u>391</u>	<u>368</u>
		<u>391</u>	<u>238.176</u>

Notas Explicativas

10. Credor pela concessão--Continuação

- (i) Refere-se às parcelas fixas, liquidadas em 2010, contabilizadas pelo valor original do contrato de concessão, ajustadas a valor presente e reajustadas pela variação do IPC-A nas mesmas datas em que o reajustamento foi efetivamente aplicado às tarifas de pedágios. O ajuste a valor presente foi registrado em contrapartida à rubrica direito de outorga da concessão, no ativo intangível. A atualização monetária pelo IPC-A foi registrada em contrapartida ao ativo intangível até a data de início da cobrança do pedágio e, após essa data, em despesas financeiras, no resultado do exercício.
- (ii) Correspondente a 3% da receita bruta, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram pagos à ARTESP, a título de ônus da concessão, o montante de R\$251.198 (R\$295.275 em 2009), sendo R\$246.769 referente ao ônus fixo e R\$4.429 ao ônus variável (R\$294.323 e R\$952 em 2009, respectivamente).

11. Partes relacionadas

a) Benefícios a empregados e administradores

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Salários e encargos sociais	11.156	4.253
Benefícios previstos em lei	1.143	278
Benefícios adicionais	1.343	154
Plano de participação nos resultados	1.291	-
	<u>14.933</u>	<u>4.685</u>

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia tem como prática conceder a seus empregados benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos colaboradores de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, quando incorridos. A Companhia não concede benefícios pós-emprego a seus empregados.

Notas Explicativas

11. Partes relacionadas--Continuação

a) Benefícios a empregados e administradores--Continuação

Plano de participação nos resultados

Em 2010, a Companhia possuía plano complementar de remuneração variável que considera o atendimento das metas estabelecidas, conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.

A Companhia bonifica ainda com quantidade de salários diferenciada os gestores e diretores da Companhia. A participação nos resultados devida aos colaboradores ocupantes destas funções é baseada em desempenho individual, de acordo com metas pré-estabelecidas.

b) Remuneração da administração

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia referem-se a benefícios de curto prazo, os quais incluem remuneração fixa (salários e honorários da administração, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros) e participação nos resultados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, esses benefícios totalizaram R\$1.135 (R\$209 em 2009) e estão registrados separadamente na rubrica Honorários da administração, na demonstração do resultado.

c) Mútuos a pagar

	2010	
	Mútuos a pagar	Despesas financeiras
Cibe Investimentos e Participações S.A.	17.028	578
Opway - Engenharia S.A.	13.623	464
Leão & Leão Ltda.	3.406	115
	34.057	1.157

Os contratos de mútuos foram celebrados em 09 de agosto de 2010, conforme previsto no Contrato de Suporte de Acionistas celebrado entre a Companhia, os acionistas e os credores em 16 de abril de 2009, em conjunto com a assinatura das Cédulas de Crédito Bancário concedidas à Companhia, conforme comentado na nota explicativa nº 9.

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores, e são remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescidos de 0,5% ao mês.

Notas Explicativas

12. Provisões

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Provisão para demandas judiciais	42	-
Provisão para investimentos em rodovias	88.513	89.503
Provisão para manutenção em rodovias	2.714	959
	<u>91.269</u>	<u>90.462</u>
Parcela classificada no passivo circulante	<u>(84.744)</u>	<u>(9.500)</u>
Não-circulante	<u>6.525</u>	<u>80.962</u>

a) Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas advindos do curso normal de suas operações e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Em 31 de dezembro de 2010, a Administração constitui provisão para perdas no montante de R\$42, considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado

Adicionalmente, não foram computados na provisão para perdas registrada nas demonstrações financeiras o montante de R\$2.287 decorrentes de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade reduzida de perdas, razão pela qual a administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais, conforme comentado na nota explicativa nº 8. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível. As movimentações foram como segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010				Saldo final
	Saldo inicial	Atualização monetária	Reversão do AVP	Pagamento	
Provisão para investimentos	96.305	4.705	-	(9.500)	91.510
Ajuste a valor presente (AVP)	(6.802)	-	3.805	-	(2.997)
	<u>89.503</u>	<u>4.705</u>	<u>3.805</u>	<u>(9.500)</u>	<u>88.513</u>

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2009				Saldo final
	Constituição da Companhia	Atualização monetária (1)	Reversão do AVP (1)	Pagamento	
Provisão para investimentos	118.936	2.558	-	(25.189)	96.305
Ajuste a valor presente (AVP)	(9.886)	-	3.084	-	(6.802)
	<u>109.050</u>	<u>2.558</u>	<u>3.084</u>	<u>(25.189)</u>	<u>89.503</u>

(1) A atualização monetária (R\$2.108) e reversão do AVP (R\$2.542) calculados até a entrada em operação de cada praça de pedágio foram capitalizadas no ativo intangível, e a partir dessa data, registradas no resultado do exercício.

Notas Explicativas

12. Provisões--Continuação

b) Provisão para investimentos em rodovias--Continuação

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	2010	2009
2010	-	9.500
2011	84.744	76.620
2012	995	893
2013	1.648	1.479
2014	41	37
2015	972	873
2016	113	101
	88.513	89.503

c) Provisão para manutenção em rodovias

Foi constituída com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do resultado do exercício. O passivo, a valor presente, foi progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, conforme movimentação abaixo:

	Adição em 2009	Saldo em 31/12/2009	Adição em 2010	Saldo em 31/12/2010
Provisão para manutenção	1.578	1.578	2.692	4.270
Ajuste a valor presente (AVP)	(619)	(619)	(937)	(1.556)
Saldo	959	959	1.755	2.714

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada 5 anos), sinalização de rodovias (a cada 8 anos) e sistemas de controles (a cada 10 anos).

13. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o capital social está representado por 22.357.800.000 e 185.178.476 ações ordinárias, respectivamente, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações em 31/12/2010		
		Integralizadas	A integralizar	Subscritas
Cibe Investimentos e Participações S.A.	49,99%	11.178.608.214	820.935.780	11.999.543.994
Opway - Engenharia S.A.	40,00%	8.943.119.996	656.880.000	9.599.999.996
Leão & Leão Ltda.	10,00%	2.235.779.998	164.220.000	2.399.999.998
Equipav S.A. - Pavimentação, Engenharia e Comércio	0,01%	291.780	164.220	456.000
Outros	-	12	-	12
Total		22.357.800.000	1.642.200.000	24.000.000.000

Notas Explicativas

13. Patrimônio Líquido--Continuação

a) Capital Social--Continuação

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações em 31/12/2009		
		Integralizadas	A integralizar	Subscritas
Equipav S.A. - Pavimentação, Engenharia e Comércio	50%	92.589.238	1.910.762	94.500.000
Opway - Engenharia S.A.	40%	74.071.390	1.528.610	75.600.000
Leão & Leão Ltda.	10%	18.517.848	382.152	18.900.000
Total		185.178.476	3.821.524	189.000.000

O capital social será reajustado anualmente pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Adicionalmente, conforme Contrato de Suporte de Acionistas, conforme comentado na nota explicativa nº 1, os acionistas asseguram a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 70/30. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

Por meio de reunião do Conselho de Administração e Assembléia Geral de Acionistas, foram integralizados ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 os seguintes montantes R\$10.000, R\$71.018 e R\$104.160, em 19 de fevereiro de 2009, em 16 de março de 2009 e em 13 de novembro de 2009, respectivamente.

Em 17 de março de 2010, os acionistas aprovaram, por meio de Assembléia Geral Extraordinária, o desmembramento de ações na proporção de 01 ação para 100 (cem) ações.

Em 15 de junho de 2010, as empresas formadoras do Grupo Cibe (Heber Participações S.A. e Equipav S/A Pavimentação, Engenharia e Comércio), promoveram uma reestruturação societária, pela qual a Heber Participações S.A. resultou como controladora última e exclusiva do Grupo Cibe. Como resultado dessa reestruturação societária, a Heber Participações S.A. adquiriu 99,99% da participação societária da Equipav S/A Pavimentação, Engenharia e Comércio na Concessionária Rodovias do Tietê S.A. e, posteriormente, fez dação em pagamento desta participação para a Cibe Participações e Empreendimentos S.A., a qual, sucessivamente, conferiu esta participação para capitalizar sua subsidiária integral Cibe Investimentos e Participações S.A., alterações essas que já foram aprovadas pelo respectivo Poder Concedente, conforme publicado no Diário Oficial do dia 03 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

13. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital Social--Continuação

Por meio de reunião do Conselho de Administração e Assembléia Geral de Acionistas, foram integralizados ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, os seguintes montantes: R\$11.500 e R\$26.900, em 17 de março de 2010 e em 19 de abril de 2010, respectivamente. Nessas mesmas datas, foi autorizado o aumento do capital subscrito em R\$21.000 e R\$30.000, respectivamente.

b) Reservas de lucros

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado; e
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Como previsto no estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório deverá ser pago em 60 dias a contar da data de sua aprovação em assembléia geral, podendo, no entanto, a referida assembléia deliberar pela distribuição de dividendo inferior ao mínimo assegurado ou pela retenção total do lucro.

14. Receita operacional líquida

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita com arrecadação de pedágio	147.120	31.704
Receita de serviços de construção	37.478	55.259
Receitas acessórias	520	14
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	<u>(12.706)</u>	<u>(2.401)</u>
	<u>172.412</u>	<u>84.576</u>

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços – ISS (de 4,5% a 5%), Programa de integração social – PIS (0,65%) e Contribuição para financiamento seguridade social – COFINS (3,00%).

15. Custo dos serviços prestados

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Com pessoal	(10.062)	(3.410)
Serviços de terceiros	(17.324)	(5.258)
Depreciação e amortização	(9.497)	(4.176)
Ônus variável da concessão (Nota 10)	(4.429)	(952)
Manutenção e conservação	(8.562)	(3.359)
Custo dos serviços de construção	(37.478)	(55.259)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 12.c)	(1.755)	(959)
Outros	(4.465)	(3.445)
	<u>(93.572)</u>	<u>(76.818)</u>

Notas Explicativas

16. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Com pessoal (Nota 11.a)	(14.933)	(4.685)
Serviços de terceiros	(22.762)	(6.911)
Depreciação e amortização	(9.813)	(4.253)
Ônus variável da concessão (Nota 10)	(4.429)	(952)
Manutenção e conservação	(8.563)	(3.359)
Custo dos serviços de construção	(37.478)	(55.259)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 12.c)	(1.755)	(959)
Seguros e garantias	(5.988)	(1.952)
Outros	(2.263)	(3.762)
	<u>(107.984)</u>	<u>(82.092)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(93.572)	(76.818)
Despesas gerais e administrativas	(14.412)	(5.274)
	<u>(107.984)</u>	<u>(82.092)</u>

17. Resultado financeiro

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(41.453)	(3.038)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 11.c)	(1.157)	-
Variação monetária sobre as obrigações com o Poder Concedente	(17.471)	(4.088)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(3.734)	(285)
Outras despesas financeiras	(1.374)	(389)
	<u>(65.189)</u>	<u>(7.800)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	372	43
Outros	47	101
	<u>419</u>	<u>144</u>
Resultado financeiro	<u>(64.770)</u>	<u>(7.656)</u>

18. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de resultados por ação para os exercício findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(1.058)	(3.911)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>21.315.042.788</u>	<u>9.125.408.902</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações - R\$	(0,0496)	(0,4286)

Notas Explicativas

18. Resultado por ação--Continuação

Conforme comentado na nota explicativa nº. 13.a, em 17 de março de 2010 as ações da Companhia foram desmembradas na proporção de 01 ação para 100 ações. Consequentemente, para fins de comparabilidade, a média ponderada do número de ações do exercício de 2009 demonstrada acima consideram o efeito desse desmembramento.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se do risco cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira.

A alta administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e mútuos a pagar a partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não possuía instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e a variação da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), que é o indexador das dívidas da Companhia.

- Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos e mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

Notas Explicativas

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a. Risco de mercado--Continuação

- Risco de taxa de juros--Continuação

A Companhia monitora as flutuações das diversas taxas de juros atreladas aos seus ativos e passivos monetários e, em caso de aumento da volatilidade dessas taxas, pode vir a operar com derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos, instrumento este normalmente não utilizado pela administração face aos riscos inerentes.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no resultado da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto das aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e mútuos a pagar a partes relacionadas sujeitos a variação da taxa média do CDI).

Passivo financeiro	Risco	Impacto no resultado do exercício (1)		
		Cenário I Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
CDI		10,64%	13,30%	15,96%
Notas Promissórias	Aumento do CDI	(33.225)	(39.330)	(45.268)
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	(3.796)	(4.698)	(5.601)

Ativo financeiro	Risco	Impacto no resultado do exercício (1)		
		Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
CDI		10,64%	7,98%	5,32%
Aplicações financeiras	Queda do CDI	3.864	2.916	1.957

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros ou rendimentos a incorrer/aufferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, pelas disponibilidades e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A Companhia possui somente 3 clientes para vendas a prazo. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com seus clientes é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade do crédito dos clientes.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente para todos os clientes.

Notas Explicativas

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b. Risco de crédito--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e 2009 é o valor registrado na rubrica Caixa e equivalentes de caixa, no balanço patrimonial.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2010 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	-	449.472	-	449.472
Fornecedores e prestadores de serviços	9.922	-	-	9.922
Credor pela concessão (Nota 10)	391	-	-	391
Obrigações tributárias	2.118	-	-	2.118
Obrigações trabalhistas	2.125	-	-	2.125
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 11.c)	-	-	34.057	34.057
Outros passivos	-	20	27	47
Total	14.556	449.492	34.084	498.132

d. Valores justos dos ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os ativos e passivos financeiros não diferem dos seus valores de mercado, devido à sua indexação a juros de mercado, quando aplicável, e/ou natureza de curto prazo.

Notas Explicativas

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

e. Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado. Os acionistas asseguram a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 70/30 em 31 de dezembro de 2010, como mencionado na nota explicativa nº 1.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos e mútuos a pagar a partes relacionadas, menos caixa e equivalentes de caixa.

	2010	2009
Empréstimos e financiamentos	449.472	191.331
Mútuos a pagar a partes relacionadas	34.057	-
(-) Caixa e equivalente de caixa	(75.125)	(9.359)
Dívida líquida	408.404	181.972
Patrimônio líquido	218.609	181.267
Patrimônio líquido e dívida líquida	627.013	363.239

20. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	14.210
	Responsabilidade civil	21.050
	Riscos de engenharia	15.192
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	65.401
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	138.434
	Garantia de pagamento da Outorga Fixa	145.032

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Tietê - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Ênfase

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes e prejuízo apurado no exercício findo naquela data. Conforme comentado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a liquidação das notas promissórias depende do sucesso na obtenção de recursos financeiros de longo prazo. Adicionalmente, conforme também mencionado nessa nota explicativa, o empreendimento proporcionará diversas melhorias viárias, com orçamento significativo previsto para os próximos anos, cuja execução dependerá substancialmente dos recursos de longo prazo a serem obtidos e de eventual aporte de capital por parte dos acionistas. A recuperação dos valores investidos no ativo imobilizado e intangível, além de outros ativos não circulantes, depende do êxito do Projeto e da conseqüente geração de resultados positivos futuros.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não para as companhias de capital fechado, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Notas Explicativas

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 20 de abril de 2011, que não conteve qualquer modificação.

Demonstrações financeiras especiais do exercício de 2010

Conforme comentado na nota explicativa nº 2.16, as demonstrações financeiras anexas contêm modificações em suas notas explicativas, em relação às notas explicativas das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de abril de 2011. Essas modificações, com as quais concordamos, foram realizadas para adequar as demonstrações para serem utilizadas em processo de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários, para efeito de emissão de debêntures. Nenhuma modificação requereu alteração em nossa opinião expressada anteriormente sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Apenas incluímos o parágrafo de ênfase acima mencionado.

Campinas, 25 de abril de 2011 (exceto com relação ao parágrafo de ênfase e ao referente às demonstrações financeiras especiais, cuja data é 29 de agosto de 2011)

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

B. Alfredo Baddini Blanc
Contador CRC 1SP126402/O-8

Notas Explicativas

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A (“Concessionária”), sociedade por ações, com sede na Rua Rafael de Campos 615, Centro, Tietê, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Erns & Young Terco Auditores Independentes S.S., relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária relativas ao exercício social em 31 de dezembro de 2010.

Tietê, 25 de abril de 2011 e 29 de agosto de 2011.

Sebastião Ricardo C. Martins
Diretor-Presidente

Paulo Jorge C. Fernandes
Diretor Administrativo Financeiro

Notas Explicativas

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A (“Concessionária”), sociedade por ações, com sede na Rua Rafael de Campos 615, Centro, Tietê, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Erns & Young Terco Auditores Independentes S.S., relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária relativas ao exercício social em 31 de dezembro de 2010.

Tietê, 25 de abril de 2011 e 29 de agosto de 2011.

Sebastião Ricardo C. Martins
Diretor-Presidente

Paulo Jorge C. Fernandes
Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Tietê - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Ênfase

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes e prejuízo apurado no exercício findo naquela data. Conforme comentado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a liquidação das notas promissórias depende do sucesso na obtenção de recursos financeiros de longo prazo. Adicionalmente, conforme também mencionado nessa nota explicativa, o empreendimento proporcionará diversas melhorias viárias, com orçamento significativo previsto para os próximos anos, cuja execução dependerá substancialmente dos recursos de longo prazo a serem obtidos e de eventual aporte de capital por parte dos acionistas. A recuperação dos valores investidos no ativo imobilizado e intangível, além de outros ativos não circulantes, depende do êxito do Projeto e da conseqüente geração de resultados positivos futuros.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não para as companhias de capital fechado, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 20 de abril de 2011, que não conteve qualquer modificação.

Demonstrações financeiras especiais do exercício de 2010

Conforme comentado na nota explicativa nº 2.16, as demonstrações financeiras anexas contêm modificações em suas notas explicativas, em relação às notas explicativas das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de abril de 2011. Essas modificações, com as quais concordamos, foram realizadas para adequar as demonstrações para serem utilizadas em processo de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários, para efeito de emissão de debêntures. Nenhuma modificação requereu alteração em nossa opinião expressada anteriormente sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Apenas incluímos o parágrafo de ênfase acima mencionado.

Campinas, 25 de abril de 2011 (exceto com relação ao parágrafo de ênfase e ao referente às demonstrações financeiras especiais, cuja data é 29 de agosto de 2011)

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

B. Alfredo Baddini Blanc

Contador CRC 1SP126402/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rua Rafael de Campos 615, Centro, Tietê, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Erns & Young Terco Auditores Independentes S.S., relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária relativas ao exercício social em 31 de dezembro de 2010.

Tietê, 25 de abril de 2011 e 29 de agosto de 2011.

Sebastião Ricardo C. Martins

Diretor-Presidente

Paulo Jorge C. Fernandes

Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rua Rafael de Campos 615, Centro, Tietê, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Erns & Young Terco Auditores Independentes S.S., relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária relativas ao exercício social em 31 de dezembro de 2010.

Tietê, 25 de abril de 2011 e 29 de agosto de 2011.

Sebastião Ricardo C. Martins

Diretor-Presidente

Paulo Jorge C. Fernandes

Diretor Administrativo Financeiro